

Relatório Técnico 00615/2017-9

Processo: 04859/2017-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Descrição complementar: RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL

Exercício: 2016

Criação: 15/09/2017 14:01

Origem: SecexContas - Secretaria de Controle Externo de Contas

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (GESTÃO)

Unidade Gestora	Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Exercício	2016
Vencimento	06/10/2018
Responsável ¹	Julio Cesar Ferrare Cecotti
Responsável ²	ALEXANDRE BASTOS RODRIGUES

1. Responsável pela gestão dos recursos públicos no exercício base da prestação de contas
2. Responsável pelo envio da prestação de contas

RELATOR:

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO:

MÁRCIO BRASIL ULIANA

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	FORMALIZAÇÃO	4
2.1	CUMPRIMENTO DE PRAZO	4
2.2	ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	4
3.	ANÁLISE DE CONFORMIDADE (DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS)	5
3.1	CONSISTÊNCIA ELETRÔNICA DE DADOS	5
3.1.1	Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	5
3.1.2	Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa	5
3.1.3	Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	6
3.1.4	Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores	6
4.	GESTÃO PÚBLICA	7
4.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
4.1.1	Não conformidade entre o Balancete da Execução Orçamentária e o total de despesa autorizada	8
4.2	EXECUÇÃO FINANCEIRA	8
4.3	EXECUÇÃO PATRIMONIAL	9
4.3.1	Não conformidade do Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial e o evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante	11
4.4	REGISTROS PATRIMONIAIS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	11
4.4.1	Análise entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens	12
4.4.1.1.	Divergência entre os valores dos bens móveis registrados no inventário e no Balanço Patrimonial.....	13
4.5	RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	13
4.5.1	Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	14
4.5.2	Regime Geral de Previdência Social (RGPS).....	14
4.6	PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS	15
5.	LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS	16

5.1	LIMITES IMPOSTOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	16
5.1.1	Despesa com Pessoal	16
5.1.2	Obrigações contraídas pelo titular do Poder nos dois últimos quadrimestres de seu mandato	16
5.1.3	Aumento de despesa com pessoal pelo titular do poder nos últimos 180 dias de seu mandato	18
5.2	LIMITES IMPOSTOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA	20
5.2.1.	Pagamento irregular de verba indenizatória ao Presidente da Câmara	21
5.3	QUADRO RESUMIDO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22
6.	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	23
7.	MONITORAMENTO	25
8.	CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	25
	APÊNDICE A - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27
	APÊNDICE B - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	28
	APÊNDICE C - DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29

1. INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas Anual (PCA), objeto de apreciação nestes autos, reflete a atuação do gestor responsável, no exercício das funções administrativas.

Atendendo às disposições contidas no artigo 135 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Espírito Santo e na Instrução Normativa 34/2015, a Prestação de Contas Anual (PCA) está composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que a integram, constituindo-se nas contas da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

As contas ora apresentadas e os processos conexos e/ou continentes apensados foram objeto de análise pelo Auditor de Controle Externo que subscreve o presente Relatório Técnico Contábil (RTC), com vistas ao julgamento das contas de gestão do responsável.

Considerando o resultado da análise do processo sob apreciação, tem-se a evidenciar o que segue:

2. FORMALIZAÇÃO

2.1 CUMPRIMENTO DE PRAZO

A Prestação de Contas foi encaminhada a este Tribunal, por meio do sistema CidadES, em 06/04/2017, nos termos do artigo 123 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, aprovado pela Resolução TC 261/2015, inobservando, portanto, o prazo regimental.

Dessa forma, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 71, inciso II, da Constituição Estadual c/c art. 168 da Resolução TC 261/2015, o prazo para julgamento das contas encerra-se em 06/10/2018.

2.2 ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Constata-se que os arquivos que compõem a prestação de contas foram assinados eletronicamente pelo gestor responsável por seu encaminhamento, pelo responsável técnico pela contabilidade e pelo responsável pelo controle interno, quando for o caso.

3. ANÁLISE DE CONFORMIDADE (DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS)

3.1 CONSISTÊNCIA ELETRÔNICA DE DADOS

Por meio do sistema CidadES, segundo pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como evidenciado a seguir.

3.1.1 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)

Balanço Financeiro (a)	668.489,34
Balanço Patrimonial (b)	668.489,34
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.2 Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2) Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)

Balanço Financeiro (a)	364.135,80
Balanço Patrimonial (b)	364.135,80
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.3 Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 3) Resultado Patrimonial

Exercício atual	
DVP (a)	628.429,40
Balanço Patrimonial (b)	628.429,40
Divergência (a-b)	0,00
Exercício anterior	
DVP (a)	3.461.503,71
Balanço Patrimonial (b)	3.461.503,71
Divergência (a-b)	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

3.1.4 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964

Entende-se que os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 4) Comparativo dos saldos devedores e credores

Saldos Devedores (a) = I + II	22.215.960,97
Ativo (BALPAT) – I	9.264.257,69
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	12.951.703,28
Saldos Credores (b) = III – IV + V	22.215.960,97
Passivo (BALPAT) – III	9.264.257,69
Resultado Exercício (BALPAT) – IV	628.429,40
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	13.580.132,68
Divergência (c) = (a) - (b)	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Pelo exposto, verifica-se observância ao método das partidas dobradas.

4. GESTÃO PÚBLICA

4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, Lei 7361/2015, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício em análise, sendo a despesa total da Câmara Municipal fixada em R\$ 11.496.913,70.

A execução orçamentária da Câmara Municipal representa 99,92% da dotação atualizada, conforme evidencia-se na tabela a seguir:

Tabela 5): Execução orçamentária da despesa**Em R\$ 1,00**

Unidades gestoras	Dotação Atualizada	Execução	% Execução
Câmara Municipal	13.204.838,70	13.194.508,97	99,92

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Constatou-se que, no decorrer da execução orçamentária, ocorreram aberturas de créditos adicionais, conforme demonstrado:

Tabela 6): Créditos adicionais abertos no exercício**Em R\$ 1,00**

Leis	Créditos adicionais suplementares	Créditos adicionais especiais	Créditos adicionais extraordinários	Total
7331/2015	2.795.127,76	0,00	0,00	2.795.127,76
Total	2.795.127,76	0,00	0,00	2.795.127,76

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

De acordo com a dotação inicial e as movimentações de créditos orçamentários, constata-se que houve alteração na dotação inicial no valor de R\$ 909.925,00, conforme segue:

Tabela 7): Despesa total fixada	Em R\$ 1,00
(=) Dotação inicial (LOA)	11.496.913,70
(+) Créditos adicionais suplementares (DEMCAD)	2.795.127,76
(+) Créditos adicionais especiais (DEMCAD)	-
(+) Créditos adicionais extraordinários (DEMCAD)	-
(-) Anulação de dotações (DEMCAD)	1.885.202,76
(=) Dotação atualizada	12.406.838,70

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Verifica-se ainda que os créditos adicionais autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo, conforme determina o artigo 42 da Lei 4.320/1964.

INDICATIVO DE IRREGULARIDADE

4.1.1 Não conformidade entre o Balancete da Execução Orçamentária e o total de despesa autorizada

Base normativa: Art. 101 da Lei 4.320/64

Constatou-se que o valor da despesa fixada atualizada (tabela 7) diverge do valor evidenciado no BALEXO, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 8): Despesa total fixada	Em R\$ 1,00
Dotação autorizada conforme BALEXO	13.204.838,70
Dotação autorizada conforme tabela 7	12.406.838,70
Divergência	798.000,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

4.2 EXECUÇÃO FINANCEIRA

A execução financeira, evidenciada no Balanço Financeiro, compreende a execução das receitas e das despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentários, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte.

Na tabela a seguir, apresenta-se uma síntese do Balanço Financeiro:

Tabela 9): Balanço Financeiro**Em R\$ 1,00**

Saldo em espécie do exercício anterior	668.489,34
Receitas orçamentárias	0,00
Transferências financeiras recebidas	13.204.838,70
Recebimentos extraorçamentários	2.936.021,48
Despesas orçamentárias	13.194.508,97
Transferências financeiras concedidas	10.316,21
Pagamentos extraorçamentários	3.240.388,54
Saldo em espécie para o exercício seguinte	364.135,80

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

4.3 EXECUÇÃO PATRIMONIAL

As alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia um resultado patrimonial superavitário no valor de R\$ 628.429,40.

Na tabela seguinte, evidenciam-se, sinteticamente, as variações quantitativas ocorridas no patrimônio:

Tabela 10): Síntese da DVP**Em R\$ 1,00**

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	13.580.132,68
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	12.951.703,28
Resultado Patrimonial do período	628.429,40

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, é evidenciada por meio do Balanço Patrimonial.

Essa demonstração contábil permite o conhecimento da situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial da Câmara municipal, no encerramento do exercício em análise:

Tabela 11): Síntese do Balanço Patrimonial**Em R\$ 1,00**

Especificação	2016	2015
Ativo circulante	3.989.653,82	4.262.552,67
Ativo não circulante	5.274.603,87	4.733.236,29
Passivo circulante	215.371,39	40.643,74
Passivo não circulante	1.524.961,36	2.059.649,68
Patrimônio líquido	7.523.924,94	6.895.495,54

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Demonstra-se, a seguir, o resultado financeiro apurado no “Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei 4.320/1964” do Balanço Patrimonial e no Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro (Fonte de Recursos):

Tabela 12): Resultado financeiro**Em R\$ 1,00**

Especificação	2016	2015
Ativo Financeiro (a)	366.322,38	668.489,34
Passivo Financeiro (b)	355.992,65	658.173,13
Resultado Financeiro apurado no BALPAT (c) = (a) – (b)	10.329,73	10.316,21
Recursos Ordinários	84.156,53	27.902,73
Recursos Vinculados	-73.826,80	-17.586,52
Resultado Financeiro por Fonte de Recursos (d)	10.329,73	10.316,21
Divergência (c) – (d)	0,00	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

O superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do artigo 43, da Lei 4.320/1964.

Ademais, verifica-se que a movimentação dos restos a pagar, processados e não processados, evidenciada no Demonstrativo dos Restos a Pagar, foi a seguinte:

Tabela 13): Movimentação dos restos a pagar**Em R\$ 1,00**

Restos a Pagar	Processados	Não Processados	Total Geral
Saldo Final do Exercício anterior	23.057,22	617.529,39	640.586,61
Inscrições	139.358,01	140.621,26	279.979,27
Pagamentos	23.057,22	617.529,39	640.586,61
Cancelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras baixas	0,00	0,00	0,00
Saldo Final do Exercício atual	139.358,01	140.621,26	279.979,27

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

INDICATIVO DE IRREGULARIDADE

4.3.1 Não conformidade entre o Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial e o evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante

Base normativa: art. 105 da lei 4.320/1964

Da análise do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo da Dívida Flutuante, observa-se divergência no valor do Passivo Financeiro evidenciado, como segue:

Tabela 14): Divergência no Passivo Financeiro **Em R\$ 1,00**

Balanço Patrimonial	355.992,65
Demonstrativo da Dívida Flutuante	215.371,39
Divergência	140.621,26

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Ressalte-se que tal divergência coincide com o saldo de restos a pagar não processados demonstrados no relatório de restos a pagar, arquivo “DEM RAP”, no montante de R\$ 140.621,26.

Por conseguinte, sugere-se citar o gestor responsável para apresentar as razões de justificativas que julgar necessárias.

4.4 REGISTROS PATRIMONIAIS DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”¹.

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de

¹ BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público: Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2012.

caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Dentre os valores evidenciados nas contas que compõem o ativo circulante, devem ser demonstrados os saldos de bens em estoques, dentre os quais estão compreendidos os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

No ativo não circulante, grupo imobilizado, estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

4.4.1 Análise entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se à avaliação dos valores demonstrados nas contas de estoques, de bens móveis, imóveis e intangíveis.

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário de bens realizado em 31/12/2016:

Tabela 15) Estoques, Imobilizados e Intangíveis **Em R\$ 1,00**

Descrição	Balanco Patrimonial (a)	Inventário (b)	Diferença (a-b)
Estoques	37.040,68	37.040,68	0,00
Bens Móveis	784.683,78	784.226,42	457,36
Bens Imóveis	4.647.077,68	4.647.077,68	0,00
Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Com base na tabela anterior, constata-se que o valor inventariado dos bens móveis diverge do valor demonstrado no balanço patrimonial.

INDICATIVO DE IRREGULARIDADE

4.4.1.1. Divergência entre os valores dos bens móveis registrados no inventário e no Balanço Patrimonial.

Base Normativa: arts. 85, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 96, 100, 101, 105, 106, II, da Lei Federal nº 4.320/64; art. 37 da CF/88 c/c arts. 94 a 96 da Lei 4.320/64

Analisando os demonstrativos e demais documentos da presente prestação de contas verificou-se que o inventário de bens móveis registrou saldo no valor de R\$ 784.226,42, divergente do valor registrado no Balanço Patrimonial de R\$ 784.683,78, resultando na diferença de R\$ 457,36.

Entretanto, considerando que a incompatibilidade entre os dados registrados nos inventários de bens móveis e os saldos apresentados no Balanço Patrimonial do exercício em análise é irrelevante, sugere-se **apenas recomendar ao** responsável atual para providenciar a regularização.

4.5 RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual (demonstrativo da dívida fundada, demonstrativo da dívida fluante, balancete da execução orçamentária da despesa, resumos da folha de pagamento, demonstrativo das despesas liquidadas e recolhidas de contribuições previdenciárias, dentre outras peças apresentadas na forma da Instrução Normativa TC 34/2015),

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pela unidade gestora, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para os fundos de previdência, na forma da legislação de referência:

Tabela 16) Contribuições Previdenciárias – Unidade Gestora **Em R\$ 1,00**

Regime de Previdência	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Folha de Pagamentos (D)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
Regime Próprio de Previdência Social	462.413,93	426.027,76	426.027,76	462.064,01	92,20%	92,20%
Regime Geral de Previdência	995.554,21	921.052,20	921.052,20	941.371,17	97,84%	97,84%

Social						
Totais	1.457.968,14	1.347.079,96	1.347.079,96	1.403.435,18	95,98%	95,98%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 17): Contribuições Previdenciárias – Servidor

Em R\$ 1,00

Regime de Previdência	Inscrições (A)	Baixas (B)	Folha de Pagamento (C)	% Registrado (A/Cx100)	% Recolhido (B/Cx100)
Regime Próprio de Previdência Social	392.374,26	361.585,94	392.339,76	100,01%	92,16%
Regime Geral de Previdência Social	422.498,89	390.827,73	419.715,77	100,66%	93,12%
Totais	814.873,15	752.413,67	812.055,53	100,35%	92,66%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

4.5.1 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Em relação às contribuições previdenciárias do RPPS (parte do servidor), observa-se, da tabela 15, que os valores inscritos e recolhidos pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 100,01% e 92,16%, respectivamente, dos valores devidos, sendo considerados como *aceitáveis*, para fins de análise das contas.

No que tange às contribuições previdenciárias do RPPS (parte patronal), verifica-se, da tabela 14, que os valores liquidados e pagos pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 92,20% dos valores devidos, sendo considerados como *aceitáveis*, para fins de análise das contas.

4.5.2 Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

Em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (parte do servidor), observa-se, da tabela 15, que os valores inscritos e recolhidos pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 100,66% e 93,12%, respectivamente, dos valores devidos, sendo considerados como *aceitáveis*, para fins de análise das contas.

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS (parte patronal), verifica-se, da tabela 14, que os valores liquidados e pagos pela unidade gestora, no decorrer do

exercício em análise, representaram 97,84%, dos valores devidos, sendo considerados como *aceitáveis*, para fins de análise das contas.

4.6 PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

No que se refere aos parcelamentos de débitos previdenciários, a análise técnico-contábil limitou-se a avaliar se existem dívidas previdenciárias registradas no passivo permanente da unidade gestora, e se essas dívidas estão sendo pagas, tendo por base o estoque da dívida evidenciado no balanço patrimonial do exercício anterior, a movimentação no exercício e o estoque da dívida no encerramento do exercício de referência da PCA.

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários, do qual se constata que a Câmara não realizou novos parcelamentos no exercício e possui saldo a pagar no montante de R\$ 1.524.961,36, conforme demonstrado:

Tabela 18) Movimentação de débitos previdenciários

Em R\$ 1,00

ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	SALDO ANTERIOR	ATUALIZAÇÃO	PAGAMENTOS	SALDO ATUAL
INSS - LEI 8.212/81 - 11.960/2009	543.044,30	59.939,19	262.017,00	340.966,49
IPACI 2 PORT. 402 LEI 6338/09	912.882,16	-	121.927,08	790.955,08
INSS PARC. LEI 10522/2002	183.507,34	13.887,89	105.568,75	91.826,48
INSS PARC LEI 10522/2002 P. 933702	111.530,54	9.406,32	48.753,65	72.183,21
INSS PARC LEI 10522/2002 10/12/2013	239.166,94	21.741,32	86.794,00	174.114,26
INSS PARC LEI 10522/2002 - 26/11/2014	69.518,40	7.032,53	21.635,09	54.915,84
TOTAL	2.059.649,68	112.007,25	646.695,57	1.524.961,36

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Portanto, não há evidências do não pagamento de parcelas devidas.

5. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

5.1 LIMITES IMPOSTOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

5.1.1 Despesa com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, disciplinou, em seus artigos 18 a 23, sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federação.

Apurou-se a RCL do município, no exercício de 2016, que, conforme planilha APÊNDICE A deste relatório totalizou R\$ 378.445.000,38.

Constatou-se que as despesas com pessoal executadas pelo Poder Legislativo atingiram 2,75 % da receita corrente líquida, conforme demonstrado na planilha APÊNDICE B, sintetizada na tabela a seguir:

Descrição	Valor
Receita corrente líquida – RCL	378.445.000,38
Despesas totais com pessoal	10.425.137,82
% das despesas totais com pessoal em relação à RCL	2,75%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Conforme se observa da tabela anterior, foram cumpridos os limites legal de 6% e prudencial de 5,7%.

5.1.2 Obrigações contraídas pelo titular do Poder nos dois últimos quadrimestres de seu mandato

Com vistas ao equilíbrio das contas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu, em seu artigo 42, a vedação ao titular de Poder ou órgão, de contrair, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ao discorrer sobre o tema em seu Manual

de Demonstrativos Fiscais (MDF), assim se pronunciou:

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios subsequentes) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado, é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Como parte essencial do planejamento, ao assumir uma obrigação de despesa através de contrato, convênio, acordo, ajuste ou qualquer outra forma de contratação no seu último ano de mandato, o gestor deve verificar previamente se poderá pagá-la. As despesas decorrentes de obrigações contraídas no último ano de mandato da gestão administrativo-financeira deverão ser pagas até o final do ano ou, se for o caso, ser pagas no ano seguinte com recursos provisionados no ano anterior. Para cumprimento da regra, o limite a ser considerado é o de disponibilidade de caixa considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. Para que essas despesas possam ser pagas, é preciso pagar primeiramente os credores mais antigos, ou seja, deve-se respeitar a ordem cronológica das obrigações.

Exemplo: (+) Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro (+) Previsão de entrada de recursos até 31 de dezembro (=) Disponibilidade de caixa "bruta" (-) Pagamento das despesas do ano anterior, inscritas em restos a pagar a serem pagas no ano (-) Pagamento das despesas já empenhadas (-) Pagamento dos salários dos servidores até o final do ano (-) Pagamento do 13º salário (-) Pagamento de encargos sociais (-) Pagamento de empréstimos bancários (-) Pagamento de parcelamento de dívidas com o INSS e outras (-) Contrapartida de convênios já assinados (-) Pagamento de contratos já assinados (vigilância, limpeza, fornecimento de medicamentos, obras, etc.) (-) Pagamento das despesas de água, luz e telefone previstas (-) Pagamento de quaisquer outras obrigações já assumidas ou que o município deva fazer por exigência legal (=) Disponibilidade de caixa "líquida".

Da análise desta PCA, verifica-se que a Câmara possui saldo no Passivo Financeiro no montante de R\$ 355.992,65, referente a restos a pagar processados (R\$ 139.358,01), restos a pagar não processados (R\$ 140.621,26) e consignações (R\$ 76.013,38), bem como Saldo Disponível no final do exercício de 2016 no montante de R\$ 364.135,80, conforme se verifica dos demonstrativos contábeis.

Consultou-se junto ao sistema CidadES informações acerca de eventuais empenhos e pagamentos efetuados em 2017 cuja despesa tenha se referido ao exercício de 2016, em análise nestes autos, não tendo sido encontrados registros pertinentes a despesas do exercício anterior.

De acordo com a apuração apresentada nas tabelas anteriores, **não houve descumprimento ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.**

5.1.3 Aumento de despesa com pessoal pelo titular do poder nos últimos 180 dias de seu mandato

A Lei Complementar 101/2000 estabeleceu na seção II, subseção II, questões acerca da despesa com pessoal e de seu controle total:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

Assim, uma vez que o exercício em discussão nestes autos refere-se ao final de mandato do titular do Poder Legislativo Municipal, necessário que seja avaliada a mencionada disposição estabelecida no parágrafo único do art. 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para tanto, *mister* demonstrar a forma como esta Corte de Contas dá interpretação ao mencionado dispositivo.

Por meio do Processo TC 6.955/2008, foi enfrentada esta matéria e o Plenário desta Corte de Contas firmou entendimento externado no Parecer Consulta 001/2012 publicado no Diário Oficial do Estado de 25/01/2012, de onde se extrai:

Já o preceito contido no parágrafo único do referido art. 21, além do cunho de moralidade pública implícito no citado dispositivo legal, visa coibir a prática de atos de favorecimento relacionados com os quadros de pessoal, mediante concessões em final de mandato (contratações, nomeações atribuição de vantagens etc.), no sentido de evitar o crescimento das despesas de pessoal, o conseqüente comprometimento dos orçamentos futuros e a inviabilização das novas gestões. 14. Entretanto, apesar de ser direcionado a todos os administradores públicos, o citado dispositivo, da mesma forma que o caput do artigo 21, não pode ser interpretado literalmente, sob pena de inviabilizar a administração nos últimos 180 dias da gestão de seus dirigentes, uma vez que, se assim fosse, nesse período, estariam impedidos de realizar qualquer tipo de ato que resultasse aumento de despesa. Dessa forma, considerando que o objetivo da norma contida no Parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 é assegurar a moralidade pública, **não pode ela atingir as ações dos administradores voltadas para o atingimento das metas previstas no planejamento do órgão.** 15. Assim, para que haja a incidência da vedação prevista no mencionado dispositivo legal, com a conseqüente nulidade dos atos, é necessário que estes se apresentem

conjugados dos seguintes pressupostos: **resultar aumento da despesa com pessoal, refletir ato de favorecimento indevido e ser praticado nos 180 dias que antecedem o final do mandato.** 16. Como consequência lógica, a nulidade prevista **deixa de incidir sobre os atos de continuidade administrativa que, guardando adequação com a lei orçamentária anual, sejam objeto de dotação específica e suficiente, ou que estejam abrangidos por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício, com compatibilidade com o Plano Plurianual e a com a Lei de Diretrizes Orçamentárias [grifo nosso].** [...] Isto posto, conclui-se que a concessão de abono pecuniário pela Câmara Municipal a servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente, cedidos e inativos, pode acontecer por meio de lei em sentido estrito/formal, de iniciativa da respectiva casa, aprovada mesmo durante o período de 180 dias, observados os limites previstos no art. 20, da LRF, bem como o estabelecido no art. 16 do mesmo diploma legal e no art. 169, § 1º, da CF.

No intuito de avaliar se houve aumento de despesas nos últimos 180 dias (de 05 de julho até final do exercício) do mandato do Presidente da Câmara Municipal, foi analisada a informação das folhas de pagamento referentes às competências de junho a dezembro do exercício em análise, de onde se apurou:

Tabela 20): Comparativo FOLRGP – Poder Legislativo

Em R\$ 1,00

Competência	Valor Bruto	Abono	13º Salário	Férias	Valor Líquido
Junho	485.697,89	-	108.350,64	4.445,00	372.902,25
Julho	426.701,93	-	15.815,60	55.411,93	355.474,40
Agosto	391.402,37	-	6.265,82	16.303,21	368.833,34
Setembro	386.539,31	-	3.425,88	31.230,68	351.882,75
Outubro	404.423,13	-	14.197,39	25.314,23	364.911,51
Novembro	392.070,13	-	7.180,72	40.357,25	344.532,16
Dezembro	746.997,34	-	169.402,25	209.696,65	367.898,44

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 21): Quantitativo de servidores – Poder Legislativo (FOLRGP)

Unidade Gestora	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Câmara Municipal	159	172	160	160	161	159	151

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 22): Comparativo FOLRPP – Poder Legislativo

Em R\$ 1,00

Competência	Valor Bruto	Abono	13º Salário	Férias	Valor Líquido
Junho	290.596,13	-	0,00	0,00	290.596,13
Julho	305.125,62	-	0,00	7.183,79	297.941,83
Agosto	310.805,19	-	0,00	32.978,41	277.826,78

Setembro	306.814,06	-	0,00	20.994,66	285.819,40
Outubro	309.568,39	-	0,00	8.957,59	300.610,80
Novembro	316.935,70	-	0,00	16.734,16	300.201,54
Dezembro	621.865,61	-	301.129,56	29.190,95	291.545,10

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 23): Quantitativo de servidores – Poder Legislativo (FOLRPP)

Unidade Gestora	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Câmara Municipal	47	47	47	47	48	48	48

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Como resultado, depreende-se que não há evidências de descumprimento do art. 21, § único da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme entendimento desta Corte de Contas.

5.2 LIMITES IMPOSTOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

A Constituição da República de 1988 estabeleceu as regras para fixação e pagamento dos subsídios aos vereadores, por meio do artigo art. 29, inc. VI.

Constatou-se, conforme evidenciado na planilha de apuração APÊNDICE C, que a fixação e o pagamento dos subsídios aos Vereadores está em conformidade com a Carta Magna.

Em seu artigo 29, inciso VII, a Constituição da República fixou como limite para as despesas totais com a remuneração dos vereadores 5% da receita do município.

Conforme pode ser observado na memória de cálculo que integra o APÊNDICE C, as despesas totais com pagamento dos subsídios dos vereadores alcançou R\$ 1.571.012,02, correspondendo a 0,51% da receita total do município, em conformidade com a Constituição da República.

O artigo 29-A, § 1º da Constituição, estabeleceu que a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

Conforme se observa na memória de cálculo que integra o APÊNDICE C, as despesas com folha de pagamento alcançaram R\$ 9.031.490,35, correspondendo a

68,40% dos duodécimos recebidos pela Câmara, em conformidade com a Constituição da República.

O artigo 29-A da Constituição da República estabeleceu que, para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes, o total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar 6,00% do somatório da receita tributária e das transferências previstas nos § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.

Constata-se que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal corresponde a 5,90% da base de cálculo, em acordo com a Constituição da República.

INDICATIVO DE IRREGULARIDADE

5.2.1. Pagamento irregular de verba indenizatória ao Presidente da Câmara

Base normativa: Art. 29, inciso VI, alínea b, e art. 39, § 4º, da CF/88; e art. 3º, da Instrução Normativa nº 026, de 20/05/2010, do TCEES

Observando-se a ficha de pagamentos, arquivo “FICPAG”, constatou-se que o presidente da Câmara Municipal recebeu nos meses de janeiro a Dezembro de 2016, a título de verba indenizatória, um valor mensal de R\$ 3.000,00, alcançando o montante anual de R\$ 36.000,00.

Conforme determina o § 4º do art. 39 da CF, os detentores de mandato eletivo, dentre outros, serão remunerados **exclusivamente** por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Convém também mencionar a IN TCEES 26/10 desta Corte de Contas, a qual, em sintonia com a CF, dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores, resolvendo em seu art. 3º que o presidente da câmara municipal poderá receber **subsídio diferenciado**, em razão do exercício de função representativa e administrativa.

Verifica-se, portanto, que não há previsão legal que sustente o ato de recebimento por parte do presidente da câmara, de verba indenizatória em função de representação legislativa.

Assim, diante do preceituado no art. 316 da Resolução TC 261/2013, sugere-se ao Excelentíssimo Relator, com base na análise combinada dos artigos 1º, inciso XXXV, e 176, caput e parágrafo único, da Lei Complementar Estadual 621/2012, com o artigo 5º, inciso LV, da CRFB, bem como a súmula 347 do Supremo Tribunal Federal; **a citação** do Presidente da Câmara de Cachoeiro de Itapemirim (Sr. Julio Cesar Ferrare Cecotti), em atenção aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, para que possa se manifestar sobre eventual e posterior arguição de inconstitucionalidade para negar exequibilidade ao § 1º do art. 1º da Lei Municipal nº 6.671/2012.

Sugere-se ainda a **Citação** pelo pagamento indevido de valores a título de verba indenizatória no exercício de 2016, passíveis de **ressarcimento**, ao seguinte responsável:

Responsável: Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente da Câmara)

Conduta: Autorizar e receber pagamento inconstitucional de verba indenizatória.

Valor do débito: 36.000,00 (12.187,2778 VRTE²)

5.3 QUADRO RESUMIDO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Tabela 24: Despesas com pessoal – Poder Legislativo

Em R\$ 1,00

Descrição	Valor
Receita corrente líquida – RCL	378.445.000,38
Despesas totais com pessoal	10.425.137,82
% das despesas totais com pessoal em relação à RCL	2,75%
% Limite das despesas totais com pessoal em relação à RCL	6,00%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

² 1 VRTE em 2016 = R\$ 2,9539

Tabela 25: Gasto Total com Subsídio – Poder Legislativo**Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Receitas Municipais – Base Referencial Total	308.298.797,37
Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	1.571.012,02
% Compreendido com subsídios	0,51%
% Limite	5,00%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 26: Gasto Individual com Subsídio – Poder Legislativo**Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Subsídio do Deputado Estadual - Base Referencial Individual	25.322,25
Gasto Individual com Subsídios dos Vereadores	6.910,61
% de correlação com o subsídio do deputado estadual	27,29%
% Limite de correlação com o subsídio do deputado estadual	50,00%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 27: Gastos Folha de Pagamentos – Poder Legislativo**Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos no Exercício	13.204.838,70
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	9.031.490,35
% Gasto com folha de pagamentos	68,40%
% Limite Gasto com folha de pagamentos	70,00%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

Tabela 28: Gastos Totais – Poder Legislativo**Em R\$ 1,00**

Descrição	Valor
Receitas Tributárias e Transf. de Impostos – Exercício Anterior	223.615.481,24
Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto Inativos (6%)	13.416.928,87
Gasto Total do Poder Legislativo, exceto Inativos	13.194.508,97
% Gasto total do Poder	5,90%
% Limite Gasto total do Poder	6,00%

Fonte: Processo TC 04859/2017-1 - Prestação de Contas Anual/2016

6. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal, em seu artigo 74, determina que deverá ser mantido pelos Poderes sistema de controle interno, estabelecendo conteúdo mínimo que este controle deverá ter como objeto, conforme exposto abaixo:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

No parágrafo primeiro, fica estabelecido que “Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária”.

Por meio da Res. 227/2011, alterada pela Res. 257/2013, o TCEES dispôs sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprovando também o “Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública”, e estabelecendo prazos para que os jurisdicionados atendessem aos comandos regulamentadores.

Consta da IN TCEES 34/2015 previsão para encaminhamento, pelo ordenador de despesas, da seguinte documentação correlata:

- Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno (Art. 3º, § 3º, da Resolução TC nº 227/2011);
- Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, assinado por seu responsável, contendo os elementos previstos no Anexo II, Tabela 5, desta Instrução Normativa. (Art. 76, § 3º da LC nº 621/2012 c/c artigo 122, § 5º do RITCEES, aprovado pela Resolução TC nº 261/2013 e c/c artigo 4º da Resolução TC nº 227/2011);
- Pronunciamento expresso do chefe do Poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno, a que se refere o parágrafo único, do artigo 4º, da Resolução TC nº 227/2011.

Com base nos documentos encaminhados, em relação ao Poder Legislativo de Cachoeiro de Itapemirim, constata-se que o sistema de controle interno foi instituído

pela Lei municipal nº 6.775/13, sendo que não se subordina à unidade de controle interno do Executivo Municipal.

A documentação prevista na IN TCEES 34/2015 foi encaminhada, nos termos previstos pela regulamentação, sendo que não foram apontados indicativos de irregularidades.

7. MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES não foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

8. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sob a responsabilidade do Sr. Julio Cesar Ferrare Cecotti, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2016.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 34/2015.

Em decorrência, apresentam-se os achados que resultam na opinião pela **citação** do responsável, com base no artigo 63, I, da Lei Complementar 621/2012:

Descrição do achado	Responsável	Proposta de encaminhamento
4.1.1 – Não conformidade entre o Balancete da Execução Orçamentária e o total de despesa autorizada.	Julio Cesar Ferrare Cecotti	Citação
4.3.1 – Não conformidade entre o Passivo Financeiro registrado no Balanço Patrimonial e o evidenciado no Demonstrativo da Dívida Flutuante.	Julio Cesar Ferrare Cecotti	Citação
5.2.1 – Incidente de inconstitucionalidade (§ 1º do art. 1º da Lei Municipal nº 6.671/2012).	Julio Cesar Ferrare Cecotti	Citação

5.2.1 – Pagamento irregular de verba indenizatória ao Presidente da Câmara (passível de ressarcimento)	Julio Cesar Ferrare Cecotti	Citação
--	-----------------------------	---------

Vitória, 13 de setembro de 2017.

Márcio Brasil Uliana

Auditor de Controle Externo

Mat.: 203.516

APÊNDICE A - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município: **CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

Exercício: **2016**

(R\$)	
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	431.071.437,97
Receita Tributária	63.376.047,89
Receita de Contribuições	31.181.811,56
Receita Patrimonial	43.565.931,63
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	2.416.413,84
Transferências Correntes	273.259.227,06
Outras Receitas Correntes	17.272.005,99
RECEITAS PRÓPRIAS - EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	-
DEDUÇÕES	52.626.437,59
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	21.475.192,70
Servidor	9.728.377,55
Patronal	11.746.815,15
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	31.151.244,89
IRRF Inc. sobre a Rem. Paga aos Serv. Públicos do Poder Legislativo	-
IRRF Inc. sobre a Rem. Paga aos Serv. Públicos do Poder Executivo	-
Receita de Transferência p/ PSF e PACS	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	378.445.000,38

**APÊNDICE B - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER
LEGISLATIVO**

Município: **CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

Exercício: **2016**

(R\$)	
<i>DESPESA COM PESSOAL</i>	<i>DESPESA LIQUIDADA</i>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	10.489.458,49
Pessoal Ativo	10.489.458,49
Pessoal Inativo e Pensionistas	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	(64.320,67)
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	(64.320,67)
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	-
(-) Inativos com Recursos Vinculados	-
(-) Convocação Extraordinária	-
(-) IRRF Inc. Rem. Pg. Aos Serv. Públicos do Poder Legislativo	-
(-) Desp. com Pag. Verba Indeniz. aos Chefes de Poder	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (Art. 18, § 1º da LRF)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	10.425.137,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	378.445.000,38
% DO TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL SOBRE A RCL	2,75%
LIMITE LEGAL (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) - <6%>	22.706.700,02
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, Art. 22 da LRF) - <5,7%>	21.571.365,02

APÊNDICE C - DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Dados Preliminares

em Reais

Receitas e Despesas Arrecadada Contabilizada até 31 de dezembro			
Item	Conta Contábil	Imposto	Exercício em Exame
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL			57.060.533,65
1	1.1.0.0.00.00	Receita Tributária Total	57.060.533,65
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			149.598.607,24
2	1.7.2.1.01.02	FPM	59.627.025,14
3	1.7.2.1.01.05	ITR	130.500,01
4	1.7.2.1.01.12/ 1.7.2.2.01.04	IPI	2.088.971,47
5	1.7.2.1.09.01	ICMS - Desoneração Exportações	648.840,08
6	1.7.2.2.01.01/ 1.7.2.2.01.03	ICMS	73.652.304,39
7	1.7.2.2.01.02	IPVA	13.340.488,69
8	1.7.2.2.01.13	Contrib. Intrev. Dom. Econômico - CIDE	110.477,46
OUTRAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA			16.956.340,35
9	1.2.20.29.00	Contrib. P/ Cust. Ilum. Públ.	8.768.465,38
10	1.9.1.1.02.03	Multas e Juros de Mora - IRRF	142.012,88
11	1.9.1.1.38.00	Multas e Juros de Mora - IPTU	211.524,14
12	1.9.1.1.39.00	Multas e Juros de Mora - ITBI	3.212,55
13	1.9.1.1.40.00	Multas e Juros de Mora - ISS	427.515,35
14	1.9.1.3.02.00	Multas e Juros de Mora - DA - IRRF	-
15	1.9.1.3.11.00	Multas e Juros de Mora - DA - IPTU	31.036,60
16	1.9.1.3.12.00	Multas e Juros de Mora - DA - ITBI	4.490,37
17	1.9.1.3.13.00	Multas e Juros de Mora - DA - ISS	2.989,54
18	1.9.3.1.00.00	Dívida Ativa Tributária	7.365.093,54
DEMAIS RECEITAS CORRENTES			62.042.778,69
19	Diversos	Demais Recursos Vinculados	35.647.959,75
20	Diversos	Demais Receitas Correntes	26.394.818,94
RECEITAS CAPITAL			3.538.885,36
21		Receita de Capital Total	3.538.885,36
22		TOTAL	223.615.481,24

Item	Demais Dados Adicionais	REFERÊNCIA	Exercício em Exame
23	Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos	Movimento Extra-Contábil	13.204.838,70
24	Valor do Subsídio Mês percebido pelo Deputado Estadual	Lei Autorizativa Específica	25.322,25
25	% Máximo de Correlação com Subsídio do Deputado - cfe população	art. 29, inc. VI, CF	50,00%
26	% Máximo de Gasto do Poder Legislativo - cfe população	art. 29-A, CF	6,00%

Quadro Demonstrativo II
Limites Constitucionais Máximos

DESCRIÇÃO	REF. LEGAL	R\$
-----------	------------	-----

Subsídios de Vereadores

Limitação Total

Receitas Municipais - Base Referencial Total	item 29. QD I	308.298.797,37
% Máximo de Comprometimento com Subsídios	art 29, VII, CF	5,00%
Limite Máximo de Gastos com Subsídios Totais	Cálculo TCEES	15.414.939,87

Limitação Individual

Subsídio do Deputado Estadual - Base Referencial Individual	item 30. QD I	25.322,25
% Máximo de Correlação com Subsídio do Dep. Estadual	art 29, VI, CF	50,00%
Limite Máximo Perceptível para Subsídio de cada Vereador	Cálculo TCEES	12.661,13

Gastos com Folha de Pagamento

Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos no Exercício	item 28. QD I	13.204.838,70
% Máximo de Gasto com Folha de Pagamento	art 29-A, §1º, CF	70,00%
Limite Máximo Permitido de Gasto com a Folha de Pagamento	Cálculo TCEES	9.243.387,09

Gastos Totais do Poder

Receitas Tributárias e Transferências de Impostos - Ex. Anterior	item 27. QD I	223.615.481,24
% Máximo de Gasto do Legislativo - cfe dados populacionais	item 26. QD I	6,00%
Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto Inativos	Cálculo TCEES	13.416.928,87

Câmara: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
Exercício: 2016

Quadro Demonstrativo VI
Verificação do Cumprimento dos Limites Máximos Constitucionais

DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	R\$
Subsídios de Vereadores		
Limitação Total		
Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	QD IV	1.571.012,02
Limite Máximo de Gastos com Subsídios Totais	QD II	15.414.939,87
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(13.843.927,85)
	%	-89,81%
Limitação Individual		
Gasto Individual com o Subsídio	QD IV	6.910,61
Limite Máximo Perceptível para Subsídio de cada Vereador	QD II	12.661,13
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(5.750,52)
	%	-45,42%
Gastos com Folha de Pagamento		
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	QD IV	9.031.490,35
Limite Máximo Permitido de Gasto com a Folha de Pagamento	QD II	9.243.387,09
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(211.896,74)
	%	-2,29%
Gastos Totais do Poder		
Gasto Total do Poder Legislativo, exceto Inativos	QD III	13.194.508,97
Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto Inativos	QD II	13.416.928,87
Saldo Financeiro a ser Deduzido do Gasto Total *		-
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(222.419,90)
	%	-1,66%

* De acordo com o Parecer-Consulta TCEES n° 11/2002